



Anais da Assembleia

Nº 127

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 101.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1991
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni. Severino Félix e Toti Colago (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Dirceu Manfrinato, Dr. Rosinha, João Preis, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Mario Bezerra, Nilton César e Ovídio Constantino (09). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Afonso Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 83/91

Curitiba, 1º de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 14.047.000.00 (quatorze milhões, quarenta e sete mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado.

O referido crédito que suplementa o orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tem por finalidade suprir as despesas com os programas sociais desenvolvidos pela CEASA/PR (mercado populares e compras comunitárias), bem como prover recursos para os convênios de Abastecimento Alimentar nos municípios de Marilândia do Sul, São João do Triunfo e Irati.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494 de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 14.047.000.00 (quatorze milhões, quarenta e sete mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID, para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que se trata o artigo anterior, igual importância proveniente do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados a Programação Orçamentária Global da Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA/PR e o Orçamento de Investimentos da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ, aprovados pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000.00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICUL- TURA E DO ABASTECIMENTO					
2702	GABINETE DO SECRETARIO					
2136	ENTIDADES VINCULADAS					
	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA					
	CEASA/PR	3212.03	00	L	14.047	0350
TOTAL					14.047	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000.00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO					
2702	GABINETE DO SECRETARIO -					
	ENTIDADES VINCULADAS					
1036	PROGRAMA PARANÁ/RURAL/BID -					
	CAFÉ DO PARANÁ	4140.00	17	L	14.047	0350
TOTAL					14.047	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000.00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICUL- TURA E DO ABASTECIMENTO					
	ENTIDADES VINCULADAS					
2873	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A - CEASA/PR					
2885	APOIO A COMERCIAL. DE HORTIG. E ATEND. A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA - CEASA/PR	3120.00	00	L	2.810	0350
		3132.00	00	L	11.237	0350
TOTAL					14.047	

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.02		
				Cr\$ 1.000.00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICUL- TURA E DO ABASTECIMENTO					
	ENTIDADES VINCULADAS					
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMEN- TO ECONOMICO DO PARANÁ - CAFÉ DO PARANÁ					

1862	SERVIÇO DE MOTOMECANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIG. E DRENAGEM PARANÁ-RURAL/BID - CAFE PARANÁ	4120.00	17	L	14.047	0350
TOTAL					14.047	

MENSAGEM N° 84/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado.

O referido crédito tem por finalidade dar cobertura às despesas com o programa de assistência técnica aos assentados rurais, através de convênio com a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do Próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito su-

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP	
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO					
2702	GABINETE DO SECRETÁRIO - ENTIDADES VINCULADAS					
2254	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO ITCF	3211.03	00 L	17.400	0410	

CANCELAMENTO		TOTAL		17.400	
ANEXO II		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO				
2702	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
1036	PROGRAMA PARANÁ RURAL/BID - CAFE DO PARANÁ	4140.00	17 L	17.400	0410
		TOTAL		17.400	

plementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural/BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, para atender à programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovada pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do próprio Órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2° desta lei, ficam alterados o orçamento próprio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, e o Orçamento de Investimento da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ, aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO III

FL.02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO		
		DA	D		PROC.	
		DESPESA	FT R VALOR			COP
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2865	INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRA- FIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANÁ - ITCF					
2261	ORGANIZAÇÃO AGRARIA E PRESER- VAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - ITCF	3132.00	00 L	17.400	0410	
TOTAL				17.400		

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.02			
				Cr\$ 1.000,00			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO			
		DA	D	PROC.			
		DESPESA	FT	R	VALOR	COP	
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS						
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FO- MENTO ECONÔMICO DO PARANÁ - CAFÉ DO PARANÁ						
1862	SERVIÇO DE MOTOMECANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE IR- RIGAÇÃO E DRENAGEM - PARANÁ- RURAL/BID - CAFÉ DO PARANÁ	4120.00	17	L	17.400	0410	
		TOTAL			17.400		

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 85/91

Curitiba, 1º de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, que tem por finalidade atender despesas com material de consumo e com outros serviços e encargos, necessários para manutenção das atividades da entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reii-

tero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa aprovado pela Lei Estadual nº 9494 de 21 de dezembro de 1990 conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	VALOR	N. DO PROC. COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS				
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA				
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	3120.00	00 L	30.000	0422
		3132.00	00 L	36.300	0422
TOTAL				66.300	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	VALOR	N. DO PROC. COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS				
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA				
2074	ADMINISTRAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	3120.00	00 L	12.300	0422
		3131.00	00 L	23.300	0422
		3132.00	00 L	31.000	0422
TOTAL				66.300	

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 86/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que autoriza conversão de fontes e aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual n° 9494 de 21 de dezembro de 1990, com a finalidade de prover recursos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER para atender o Programa do Paraná Rural - BIRD no que se refere à adequação de Estradas Municipais.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria

TOTAL 66.300

de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei, ficando simultaneamente procedidas as seguintes conversões de fonte: das Fontes 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros, e 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural - BID, para a Fonte 18 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural - BIRD, no montante de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), e da Fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural - BID, para a Fonte 00 - Ordinário não Vinculado, no montante de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), conforme anexos desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência dos contidos nos artigos 1° e 2° desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D	FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4502	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
1182	PROGRAMA PARANÁ RURAL/BIRD - DER	3211.03	00	L	600.000	0364
		3211.03	00	L	600.000	0364
TOTAL					1.200.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D	FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4502	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
1098	PROGRAMA PARANÁ-RURAL/BID - DER	4311.02	05	L	87.079	0364
		4311.02	17	L	812.921	0364
2202	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DER	4311.02	00	L	300.000	0364
TOTAL					1.200.000	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D	FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS					
4688	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER					
1180	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARANÁ-RURAL/DIRB - DER	3120.00	00	L	160.000	0364
		3120.00	18	L	160.000	0364
		3132.00	00	L	440.000	0364
		3132.00	18	L	440.000	0364
TOTAL					1.200.00	

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D	FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS					

4688 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
RODAGEM - DER

1099 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
RURAL INTEGRADO DO PARANÁ -
PARANÁ-RURAL/BIRB - DER

4110.00 05 L 87.079 0364

4110.00 17 L 812.921 0364

1181 PONTE SOBRE O RIO PARANÁ

4110.00 00 L 300.000 0364

TOTAL

1.200.000

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 87/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, para atender despesas com a execução de reparos na FACITOL e com a aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento no orçamento do próprio órgão - Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - Avaliação, Planejamento e Administração do Ensino Superior.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, destinados à execução de reparos na FACITOL e aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Fundação Faculdade de Artes do Paraná aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO	
		DA	D	PROC.	
		DESPESA	FT R VALOR	COP	
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0908	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ENTIDADES VINCULADAS				
2119	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNI-OESTE	3211.03	00 R 3.700	0424	
2085	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ	4311.02	00 R 9.000	0424	

TOTAL

12.700

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R VALOR	N. DO PROC. COP	
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0907	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
2084	AValiação, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	3132.00	00 R	3.700	0424
		4130.00	00 R	9.000	0424
		TOTAL		12.700	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R VALOR	N. DO PROC. COP	
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS				
1033	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ				
2101	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	3132.00	00 R	3.700	0424
1036	FUNDAÇÃO FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ				
1026	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ	4120.00	00 R	9.000	0424
		TOTAL		12.700	

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 88/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 (seiscentos e trinta e seis milhões de cruzeiros), ao Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, com a finalidade de dar cobertura às despesas com obras de rejuvenescimento asfáltico dos aeroportos de Loanda e Manoel Ribas e com as atividades do Projeto Estradas Rurais - Caixa Econômica Federal.

Esclareço também que os recursos para a cobertura do referido crédito suplementar são provenientes de dotações do Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes e do Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 (seiscentos e trinta e seis milhões de cruzeiros), ao vigente Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, para dar cobertura às despesas com obras de rejuvenescimento do pavimento asfáltico dos aeroportos de Loanda e Manoel Ribas e com as atividades do Projeto Estradas Rurais - Caixa Econômica Federal, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes e do Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, fica alterada a Programação a cargo do DER, do Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros), conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS					
4688	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER					
1095	ESTRADAS RURAIS - CEF	4110.00	00	L	260.000	0264
		4110.00	00	R	340.000	0264
2207	CONSERVAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	3132.00	00	L	12.000	0264
		3132.00	00	R	24.000	0264
TOTAL					636.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4503	DIRETORIA GERAL					
1083	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PROJETOS E OBRAS HIDRO-AERO-FERROVIÁRIO	3132.00	00	L	12.000	0264
		3132.00	00	R	24.000	0264
TOTAL					36.000	

CANCELAMENTO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS					
4688	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER					
1181	PONTE SOBRE O RIO PARANÁ	4110.00	00	L	260.000	0264
		4110.00	00	R	340.000	0264
TOTAL					600.000	

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO IV

FL.02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		N. DO
		DA	FT	R	VALOR	PROC. COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4502	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
2202	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DER	3211.03	00	L	12.000	0264
		3211.03	00	R	24.000	0264

A Diretoria Legislativa.

TOTAL

36.000

MENSAGEM N° 89/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e dezesseis mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural / BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado.

O referido crédito que suplementa o orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, tem por finalidade a implantação do Centro Estadual de Produção e Transferência de Embriões, localizada na Estação Experimental do Canguiri - Piraquara, tendo como Entidade executora a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e dezesseis mil cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural / BID, para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, para atender à programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovada pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2° desta lei, fica alterada a Programação Orçamentária Global da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ, aprovada pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L		N. DO
		DA	FT	R	VALOR	PROC. COP
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO					
2702	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
2160	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA CAFE DO PARANÁ	3212.01	00	L	21.381	0351
		3212.03	00	L	190.609	0351
		4140.00	00	L	22.626	0351

TOTAL

234.616

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI-CULTURA E DO ABASTECIMENTO					
2702	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
1036	PROGRAMA PARANÁ RURAL/BID - CAFE DO PARANÁ	4140.00	17	L 234.616	0351	
TOTAL				234.616		

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI-CULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONOMICO DO PARANÁ - CAFE DO PARANÁ					
2884	FOMENTO, MECANIZAÇÃO E APOIO A PROGRAMAS ESPECIAIS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - CAFE DO PARANÁ	3111.01	00	L 13.812	0351	
		3113.00	00	L 7.569	0351	
		3120.00	00	L 186.042	0351	
		3132.00	00	L 4.567	0351	
		4110.00	00	L 12.780	0351	
		4120.00	00	L 9.846	0351	
TOTAL				234.616		

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO IV		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRI-CULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2869	COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONOMICO DO PARANÁ - CAFE DO PARANÁ					
1862	SERVIÇO DE MOTOMECANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM - PARANÁ - RURAL/BID - CAFE DO PARANÁ	4120.00	17	L 234.616	0351	
TOTAL				234.616		

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO		
		DA	D	PROC.		
		DESPESA	FT	R	VALOR	COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1020	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO - FESTUR					
2105	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARANÁ	3132.00	40	L	10.000	0390
2211	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA POLITICA DE ESPORTE E DE TURISMO - FESTUR	3120.00	40	L	10.000	0390
		3132.00	40	L	30.000	0390
		3132.00	90	L	20.000	0390
2212	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	3120.00	81	L	17.000	0390
		3120.00	90	L	60.000	0390
		3131.00	40	L	10.000	0390
		3131.00	81	L	8.000	0390
		3132.00	40	L	25.000	0390
		3132.00	81	L	13.000	0390
		3132.00	90	L	30.000	0390
		3223.02	40	L	9.000	0390
		3223.02	90	L	9.000	0390
		4110.00	81	L	65.000	0390
		4120.00	81	L	30.000	0390
		4323.00	40	L	9.000	0390
		4323.00	90	L	50.804	0390
TOTAL					405.804	

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 90/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 405.804.000,00 (quatrocentos e cinco milhões, oitocentos e quatro mil cruzeiros), visando atender despesas decorrentes do cumprimento da Lei n° 50/90 de 08/01/90 e Decretos n° 6499 e n° 6500 de 18/01/90.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, rei-

tero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 405.804.000,00 (quatrocentos e cinco milhões, oitocentos e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 91/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, que tem por finalidade atender despesas com a manutenção da Universidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são provenientes de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO	
		DA	D	PROC.	
		DESPESA	FT R	VALOR	COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
	ENTIDADES VINCULADAS				
1021	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA				
2089	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LONDRINA				
		3120.00	40 L	200.000	0447
		3132.00	40 L	100.000	0447
TOTAL				300.000	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 92/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), aprovado pela Lei Estadual n° 9494 de 21 de dezembro de 1990.

O referido crédito, tem por finalidade dar cobertura às despesas com aquisição de terminais telefônicos, para atender ao Projeto de Pesquisa Agropecuária Paraná Rural - BIRD.

Esclareço também que os recursos para a cobertura do referido crédito são provenientes da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção

dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da própria Entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01			Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO				
		DA	D	PROC.				
		DESPESA	FT	R	VALOR	COP		
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS							
2866	FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR							
1145	PESQUISA AGROPECUÁRIA - PARANÁ RURAL/BIRD- IAPAR	4261.02	18	L	20.200	0478		
TOTAL					20.200			

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	L	N. DO		
		DA	D	PROC.		
		DESPESA	FT R	VALOR	COP	
2800	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - ENTIDADES VINCULADAS					
2866	FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ- IAPAR					
1145	PESQUISA AGROPECUÁRIA - PARANÁ RURAL/BIRD - IAPAR	4192.00	18 L	20.200	0478	
		TOTAL		20.200		

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/273/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 187/91, por julgá-lo, pela forma como está posto, inoportuno e inexecutável, contrário, portanto, aos interesses públicos, tendo em vista que as atuais instalações do TECPAR, estão sendo paulatinamente transferidas para sua sede na Cidade Industrial, situação esta que não oferece as necessárias condições para implantação do pretendido memorial. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/274, 275, 276, 277, 278, 279 e 280/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

314/91: De autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública estadual a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA - Regional / Paraná, com sede em Curitiba - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 9716. Anote-se - Arquivar-se.

300/91: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Quedas do Iguaçu - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 9717. Anote-se - Arquivar-se.

262/91: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo de Cianorte, do município de Cianorte - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 9718. Anote-se - Arquivar-se.

304/91: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, com sede e foro à rua Cândido Lopes, 146, 5º andar, na cidade de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9719. Anote-se - Arquivar-se.

195/91: De autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que denomina de Rodovia Ernesto João Rampazzo, o trecho da estrada que liga os municípios de Bela Vista do Paraíso e Florestópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 9720. Anote-se - Arquivar-se.

362/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.635.500.000,00 ao vigente orçamento da

SETR, destinado a dar cobertura à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural / BIRD-DER, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9721. Anote-se - Arquive-se

Lei Complementar

197/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2° da Lei n° 9491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 59. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para a mensagem n° 90/91, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 405.804.000,00, visando atender despesas decorrentes do cumprimento da lei n° 50/90 e dos decretos n°s 6499 e 6500, respectivamente, de 18.01.90.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de congratulações ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Djalma de Almeida César, pela determinação de transformar de fato em escola profissionalizante o Centro de Formação Profissional de Campo Comprido, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A determinação reflete a preocupação e o alto grau de diligência do Secretário Djalma de Almeida César ante a necessidade de recuperação da imagem daquele núcleo de formação profissional, que vinha em crescente processo de desgaste e descrédito, pelo desvirtuamento de suas relevantes finalidades. Em verdade, a referida unidade já havia se tornado um mero refatório para seus frequentadores, que só compareciam ao centro no horário das refeições, indiferentes ao programa de ensino oferecido, que envolve altos custos para o Estado.

Daí nosso louvor à saneadora ação do Secretário Djalma de Almeida César, em boa hora escolhido para o cargo pelo Senhor

Governador.

REQUERIMENTO N° 2604

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações a Senhora MARIA ELISA FERRAZ PACIORNIK, Secretária de Recursos Humanos do Município de Curitiba, por sua brilhante participação no Congresso Nacional de Procuradores, Prefeitos e Vereadores, realizado no último mês de setembro, na cidade de Fortaleza.

Por ocasião do Congresso, a Secretária Maria Elisa - que de forma muito competente vem conduzindo a política do município de Curitiba para recursos humanos - demonstrou a publicação "Prática da Legislação Municipal - o acordo com a nova Constituição", colocando-se como destaque paranaense no cenário nacional.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2595

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT que este subscreve, informado pela reportagem do jornal Folha de Londrina, de texto em anexo, pede a inserção nos Anais da Assembleia de moção de apreço e aplauso à Professora Neuza Vieira Ferreira, do Colégio Estadual Santo Inácio, da cidade de Fênix, pela realização de jogral ecológico didático, com alunos entre 7 e 10 anos.

A referida professora está sendo acusada na sua cidade, por um militar da ativa, - e pelo prefeito municipal -, e ainda por parcela desinformada da opinião pública de "desrespeito aos símbolos nacionais".

Em atividade didática ela fez descobrir a bandeira nacional com papel crepom, substituindo o verde das matas pelo negro das queimadas, o azul da esfera celestrial pelo cinza da fuligem e o dístico de Ordem e Progresso pelo dístico de Anarquia e Desordem.

A ignorância e o obscurantismo acusaram a professora de desrespeito aos símbolos pátrios quando, na verdade, ao mostrar que a destruição do meio ambiente geraria anarquia e desordem, ela estava - didaticamente - visualizando consequências de postura ambientalmente incorreta. O ensino, no Brasil, não tem primado por expedientes criativos. Nossa escola pública anda triste e não educa para a liberdade. A professora, ao resgatar a consciência ecológica de seus alunos, prestou um serviço à Pátria, apropriando o símbolo maior

como objeto de educação, numa metáfora inteligente, perfeitamente compreensível pelas crianças.

Não tem cabimento que receba qualquer censura por isso. Assim, a Assembleia Legislativa ao aprovar esta moção, encoraja nossos educadores a serem pedagogicamente criativos, e consagra o princípio da liberdade constitucional que diz pertencerem os símbolos da Pátria a todos os brasileiros, e não apenas aos militares, podendo traduzir em essência a própria terra.

No ato encenado, a professora confundiu a bandeira com a terra brasileira, não despidendo do seu papel de símbolo da Pátria, apenas mostrando o que pode suceder se não houver postura ambientalmente correta.

Dê-se ciência desta moção ao Prefeito local, à Secretária de Educação, Gilda Poli, e à Diretora do Colégio Santo Inácio, de Fênix.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se digne oficializar ao Excelentíssimo Senhor José Henrique D'Amorim de Figueiredo, Mui Digno Secretário Nacional de Transportes, órgão vinculado ao Ministério da Infra-Estrutura, nossa solicitação de que seja revogada a decisão de fechamento da BR-101 nos finais de semana, no período de 15 de dezembro de 1991 a 08 de março de 1992, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), órgão subordinado à citada Secretaria. Embora reconhecendo o espírito altruísta da iniciativa, que é o de salvar vidas, outras medidas, como uma campanha maciça de educação de trânsito e melhoramento das placas de sinalização, podem cumprir o mesmo papel sem os prejuízos do fechamento imposto à referida rodovia federal.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A racionalização do tráfego de veículos em direção a Santa Catarina no período de verão, através do fechamento da BR-101, aos caminhões no final de semana, é medida que certamente trará prejuízos incalculáveis à economia de todo o país. Apesar da nobreza de seu objetivo - que é salvar vidas - com a redução esperada no número de acidentes, outras medidas de impacto podem alcançar o mesmo fim. E talvez, com maior sucesso, especialmente se estiver voltada à educação de motoristas tanto de veículos leves de passeio quanto de veículos pesados.

Uma campanha maciça de educação no trânsito, amplamente divulgada pelos meios de comunicação e através de policiais rodoviários, acompanhada de melhoria na sinalização de todo o trânsito da BR-101, na Região Sul, pode reduzir os casos de acidente de forma permanente. A educação, nesse caso, poderá criar o hábito de uma condução responsável do veículo e terá portanto, caráter muito mais permanente do que a medida proposta em Brasília pelo DNER. Para requerer a renovação da medida, entendemos ainda que a categoria dos caminhoneiros não deve ser novamente penalizada, uma vez que ela já convive diariamente com os riscos das estradas mal conservadas em todo o território brasileiro.

São trabalhadores que sustentam suas famílias com os ganhos honestos de sua profissão. Enfrentam o perigo do congestionamento e da falta de preservação das rodovias durante todo o ano e não apenas no período de verão. Os prejuízos econômicos que devem resultar dessa medida também são relevantes, uma vez que as transportadoras ou os autônomos transportam gêneros de primeira necessidade à população e inclusive perecíveis. Nesse aspecto, o fechamento da BR-101 causaria transtornos em função da proibição do tráfego de veículos pesados das 17 horas de sexta-feira às 24 horas de domingo, durante todos os finais de semana no período de 15/12/91 a 08/03/92. Muitas viagens teriam que ser interrompidas e as cargas correriam o risco de perda parcial ou total, dependendo do produto.

Mesmo que se faça um cronograma de transporte em função do fechamento da BR-101, ainda assim corre-se o risco até de desabastecimento temporário de muitos produtos, devido à inexistência do envio de cargas.

É preciso lembrar ainda que a BR-101 é a mais importante rodovia a ligar a região produtora e industrial da Região Sul do Brasil. Mesmo entendendo os objetivos do fechamento e considerando-os justos, insistimos que há outras alternativas que podem substituí-lo, considerando também que enquanto o caminhoneiro viaja a serviço de toda a população, a maioria dos veículos leves, que terão o tráfego liberado na rodovia, transita em viagem de lazer.

Creemos que estas observações devam levar a uma reflexão da digna autoridade que ora oficialamos, na expectativa de que esta justificativa leve à revogação da medida.

REQUERIMENTO N° 2596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo

simo Senhor Mário Pereira, digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos do Departamento de Serviços de Transporte Coletivo - DSTC - e outros órgãos afins, com o intuito de ser autorizada uma linha de ônibus executivo ligando a Capital do Estado aos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Outrossim, toma a liberdade de sugerir que a linha seja diária, com saídas às 06 horas de Francisco Beltrão e 17 horas de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A aproximação entre o sudoeste e a Capital do Estado, em todos os aspectos, fica cada dia mais evidente e necessária. Com o crescimento de todos os municípios desta região do interior, principalmente as cidades polos de Francisco Beltrão e Pato Branco, é extremamente importante o deslocamento rápido de pessoas para Curitiba. Diariamente são prefeitos, vereadores, empresários, profissionais liberais que precisam de condução moderna, segura e mais rápida. A linha de ônibus executivo se faz cada dia mais necessária, até em função do cancelamento dos vôos da companhia aérea Rio Sul.

Por certo os demais Pares aprovando este requerimento estarão prestando uma homenagem ao sudoeste, pois sendo uma questão, também, de justiça, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes saberá acolher a solicitação, uma vez que conhecemos há muito tempo o alto espírito público do Dr. Mário Pereira.

REQUERIMENTO N° 2597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Doutor Carlos Frederico Mares de Souza, Procurador Geral do Estado, bem como ao Senhor Secretário de Fazenda, Doutor Heron Arzua, solicitando que sejam parcelados, também, os honorários advocatícios, aos contribuintes que em débito para com o Estado, habilitem-se ao que dispõe o Decreto n° 719, de 19 de setembro de 1991.

Sala das Sessões, em 03.10.91

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Poder Executivo e o Poder Legislativo têm transformado em lei inúmeras iniciativas tendentes a corrigir distorções tributárias, com o propósito de integrar o maior número de empresas ao processo produtivo e fazer justiça fiscal.

Paralelamente, o governo estadual deve preocupar-se com o incremento da arrecadação

para que possa dinamizar a execução de suas finalidades, respeitando sempre e capacidade contributiva dos contribuintes, hoje praticamente esgotada, principalmente em função da grave situação da economia nacional.

Nesse sentido a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e o Excelentíssimo Senhor Governador sancionou a Lei 8933, de 26 de janeiro de 1989, que admite o pagamento em parcelas, de créditos tributários vencidos. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto n° 719, de 19 de setembro de 1991.

Admite o parcelamento de crédito tributário inscrito em Dívida Ativa do Estado (Art. 1° § 1°, c) até 60 vezes.

Nesse caso, estabelece o Decreto que uma vez ajuizado para cobrança executiva "o pedido de parcelamento deverá ser instruído: 'com o comprovante de pagamento de custas processuais, honorários advocatícios...' suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento. (Art. 2°, § 3°). Entende-se, em última análise, que o pagamento de honorários advocatícios na execução fiscal é requisito essencial para a obtenção do parcelamento em qualquer das suas modalidades.

Essa exigência de pagamento antecipado encontra obstáculo de ordem prática que, se prevalecer, será intransponível.

A empresa devedora ao solicitar o parcelamento de seu débito já se encontra em difícil situação financeira que lhe impediu de pagar o débito fazendário na data fixada em lei.

É constrangida a recorrer ao parcelamento adaptando-o à sua situação financeira para colocar em dia as suas obrigações.

Assim, os honorários advocatícios que se constituem em renda do Estado, deveriam também ser parcelados, até o limite de 60 (sessenta) vezes, tornando viável o propósito da lei.

Ainda o parcelamento dos honorários advocatícios não deveria impedir o parcelamento do crédito tributário, tramitando paralelamente perante a administração pública sem constituir-se em pré-requisito daquele.

Nestas condições, desejo submeter a questão perante o Poder Executivo e obter informações a respeito, no exercício do mandato parlamentar.

REQUERIMENTO N° 2602

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à TELEPAR acompanhando abaixo assinado dos assinantes de linhas telefônicas na região da Cachimba, nesta Capital, e

solicitando seja verificada a possibilidade de uma rede de franquias naquela localidade, a exemplo do que já existe em outras áreas da Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 03.10.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2603

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Senhor Comandante da Polícia Militar, solicitando policiamento preventivo no bairro da Barreirinha, nesta Capital.

A presente solicitação justifica-se pelo elevado número de atos de vandalismo e reunião de viciados para consumo de drogas em plena via pública, na localidade em questão.

Reclamações de moradores da Barreirinha dão conta de que tais indivíduos estão destruindo o patrimônio público naquela área, quebrando lâmpadas de iluminação pública e, desta forma, criando melhores condições para as ações delinquentes.

Tais fatos estariam ocorrendo principalmente nas ruas Deputado Edgar Távora, Orlando Moura Leite e Maria Aparecida Beruski, localizadas nos conjuntos residenciais Jardim Arrôio I e II e Paineiras, respectivamente.

Sala das Sessões, em 03.10.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2606

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião, e ao Secretário do Estado da Educação, Senhor Elias Abrahão, solicitando a implantação de Curso de 2° Grau, a partir de 1992, na Escola Estadual do Conjunto Habitacional Arnibal Siqueira Cabral, no Município de Londrina.

Requer, outrossim, que desta decisão seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores do Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 03.10.91

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se deve ao fato dos moradores dos Conjuntos Habitacionais Arnibal Siqueira Cabral, Cafetal I, Cafetal II, Cafetal III e Cafetal IV, não contarem com Curso de 2° Grau no próprio bairro ou em bairro próximo.

A Escola Estadual que pode oferecer o Curso pretendido conta com 03 turmas de

8ª série, portanto já candidatos a uma vaga no Curso de 2° Grau solicitado para 1992.

A necessidade é objetiva e justa. Para comprová-la, os representantes dos supra citados Conjuntos Habitacionais resolveram fazer um abaixo-assinado, reivindicando a instalação do Curso, conforme documentos em anexo.

REQUERIMENTO N° 2605

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Maurício Roslindo Fruet, ao Senhor Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Carlos Artur Krüger Passos, e ao Senhor Secretário de Estado da Administração, Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda Heron Arzua, nos seguintes termos:

01. Desde o mês de janeiro do corrente ano, a CASA DE ESTUDANTES DO PARANÁ não recebe as verbas a ela destinadas pelo Orçamento vigente.

Por que razão não está sendo cumprida a Lei?

02. O art. 244 da Constituição do Estado do Paraná, dispõe que deverá ser destinado recursos às Casas de Estudantes.

Qual o motivo de suspensão destes repasses?

03. O Decreto n° 314, de 18 de abril de 1991, tem alguma ligação com esta suspensão? Por que?

Sala das Sessões, em 03.10.91

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa esclarecer os reais motivos da suspensão dos repasses de verbas às Casas de Estudantes, no nosso Estado.

Recebemos pedido para que interferíssemos junto ao Governo do Estado, sobre o assunto. Mas sem a objetiva argumentação dos Senhores Secretários, envolvidos na matéria, não temos condições de saber por que a lei vem sendo desobedecida, em prejuízo de expressivo número de estudantes.

Esperamos contar com a palavra dos Senhores Secretários, para as respostas pretendidas. Só assim, poderemos acrescentar aos argumentos apresentados pelos estudantes, a versão do Governo, e assim nos posicionarmos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI AUTORIZATIVO N° 457/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a financiar em âmbito estadual, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a construção de Núcleos Habitacionais de "AUTO CONSTRUÇÃO".

Art. 2º - O Sistema de "AUTO CONSTRUÇÃO", será implantado em loteamentos particulares ou públicos, cuja urbanização já exista.

§ 1º - A construção das casas pertencentes ao Sistema "AUTO CONSTRUÇÃO", não poderá exceder a 70 m² (setenta metros quadrados);

§ 2º - Os proprietários não poderão possuir imóveis urbanos ou rurais;

§ 3º - A renda dos proprietários não poderá exceder a 05 (cinco) salários-mínimos regionais, por ocasião da aquisição do imóvel.

Art. 3º - Fica facultado aos proprietários, o financiamento parcial ou total da construção, através da Secretaria Especial da Política Habitacional.

Parágrafo Único - A construção de Núcleos Habitacionais no Sistema "AUTO CONSTRUÇÃO", será supervisionada tecnicamente pela Secretaria Especial da Política Habitacional do Governo do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O quadro econômico-social a nível nacional é o mais grave dos últimos cinquenta anos em nosso País, com reflexos profundos na vida dos trabalhadores, submetendo-se à pobreza absoluta.

A desesperança e a fome, campeiam por todos os cantos do Brasil. Com os seus salários extremamente achatados, os assalariados brasileiros e em especial os paranaenses não acreditam mais nas mentiras do Governo Federal em relação à casa própria.

No Paraná, em que pese o esforço do Governador Roberto Requião com a questão da casa própria, o sofrimento é ameno pois, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, o Governo do Estado tem construído milhares de casas por todos os cantos e recantos, num verdadeiro mutirão Estadual.

Mas é preciso avançarmos nesta caminhada.

Como aludíamos na questão do quadro Nacional, a procura pelas favelas nos Centros Urbanos é galopante.

Urge a necessidade premente de refletirmos, diante desse panorama caótico, pois é esta a nossa função nesta Parlamento, que é a busca de soluções para tais

problemas, ligados as classes menos favorecidas.

A irresponsabilidade do Governo Federal na Administração do Sistema Nacional de Habitação (BNH), o levou a falência completa, aliado a isso, o favorecimento dos grandes grupos econômicos da construção civil, ficando para os Estados a responsabilidade de administrar o problema da casa própria.

Criado no Governo Jânio Quadros, o BNH, apenas por objetivo, o interesse ideológico daqueles que o manipularam por muito tempo, a visão era no sentido de que o proprietário com a sua casa própria, tende a se comportar como um pequeno burguês, favorecendo uma certa estabilidade política para o regime. No documento que criou o Instituto Brasileiro de Habitação (BNH), ficava patente "o status de proprietário dá ao trabalhador um senso elevado de responsabilidade".

A dividir suas aplicações nas faixas livres e sociais, as sociedades de créditos (Bancos Imobiliários) preferiram concentrar-se nos financiamentos às elites. Na verdade, nem aquela ideia retrógrada que levou a criação do BNH, foi respeitada, pois, o Sistema Nacional de Habitação nos últimos anos, serviu apenas para financiar a burguesia brasileira.

A finalidade social do BNH, que era de atender as classes menos favorecidas, foi definitivamente esquecida. Urge a busca de soluções atenuantes quanto ao problema da habitação.

É com a sincera intenção de contribuir para tais soluções, que apresento o presente plano de lei, para que com ele, possamos dar alguns passos a mais, nesta longa caminhada.

Por outro lado, é importante destacar a profunda sensibilidade do Governador Roberto Requião, que será sem sombras de dúvidas um forte aliado nesta propositura de lei.

Este conjunto de ideias, não é algo hermético, pelo contrário, estou aberto a receber dos Senhores Deputados e de toda a sociedade interessada na matéria, sugestões, no sentido de aperfeiçoá-lo, para que sirva de um verdadeiro instrumento legal com vistas à solução dos problemas habitacionais em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 458/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES DE COLOMBO - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela é feita pautada em Lei n° 6994, de 10.01.78, sendo que a APDEC cumpre todos os quesitos exigidos nos incisos I, II, III e IV, do Art. 1° da referida lei. Além do que, segue em anexo, toda a documentação exigida para esse fim.

Vale salientar que a Associação de Pessoas Deficientes de Colombo, foi fundada em 30.08.86, e já existe a Lei n° 254/86, que a declara de Utilidade Pública Municipal, em apenso.

E ainda, segundo seu próprio estatuto, no art. 12, § 3°, salienta que "os cargos de Diretoria e Conselho não serão remunerados".

A importância do projeto de lei é não só para que o art. 16, inciso VII do Estatuto dessa entidade possa ser cumprido, mas sobretudo, que os objetivos da referida Associação tornem-se possíveis e viáveis, eis que entre os objetivos da APDEC estão a promoção da integração da pessoa deficiente na sociedade, a promoção e o desenvolvimento da prática de desportos, intercâmbio esportivo, encontros recreativos, visando o aprimoramento da aptidão física dos deficientes, enfim, visando sempre no seu bojo a integração da pessoa deficiente na comunidade, bem como para proporcionar-lhes melhores condições de vida.

Dessa feita, dada a relevância da matéria, desde já contamos com a anuência dos demais Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 459/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Na redação do Art. 1° da Lei 9370, de 13.09.90, onde se lê: "... lote 35 do 18° perímetro...", leia-se "... lote 135, do 18° perímetro..."

Art. 2° - Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Luiz Carlos Alborghetti, Cesar Silvestri, Erondy Silvério, Nelson Justus, Edson Silva Lino, Nelson Garcia, Emília Belinati, Toti Colaço, Ernani Pudell, Severino Félix, Lourenço Fragonese, Tadeu Lúcio Machado, Costenaro Neto, Durval Amaral, Cleiton Kielse, Domingos Carvalho, Dalton Machuca, Orlando Pessuti, Colombino Grassano, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Heinz Herwig, Paulo Maia, Rossoni, Neivo Beraldin e José Alves.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei visa corrigir a redação do Art. 1° da Lei n° 9370, de 13.09.90, que cria o município de Mercedes, a pedido do IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, conforme ofício n° 12/91, cujo órgão alega no citado expediente, que a mencionada lei ao definir os limites do novo município gerou incoerências cartográficas, dificultando o traçado do polígono definidor da área.

Ainda de acordo com a justificativa apresentada pela Fundação, a alteração sugerida em nada modificará a área definida em lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente, não há oradores inscritos.

No Grande Expediente, Deputado Valdir Rossoni.

(Declina)

Horário das Lideranças:

PMDB.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho a esta tribuna no dia de hoje para dividir com os Srs. Deputados uma alegria muito grande de uma vitória conquistada para os Municípios de áreas de preservação de manancial, de parques e praças aos municípios que têm obrigações de preservar a natureza.

O projeto de lei de nossa iniciativa aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná e sancionado ontem pelo Governador Roberto Requião, sob o n° 59, vai dar uma grande prioridade à natureza, aos parques, às praças e à ecologia. Sairemos do discurso para irmos para a prática. Mudará a vida de muitos municípios do Paraná. Vamos dar alguns exemplos para que os Srs. Deputados tenham conhecimento de um pequeno estudo que fizemos junto à SURHEMA, ITCF e à Secretaria do Meio Ambiente. O Município de Piraquara que receberia ano que vem uma importância de aproximadamente 700 milhões de ICMS vai receber a importância de quase 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros. Portanto mais de 100% para que esse dinheiro seja destinado à preservação dos mananciais que são de extrema importância para Curitiba e Região Metropolitana.

Faz-se justiça porque se o município não pode industrializar os seus parques para aumentar sua receita fiscal terá então, após o seu credenciamento junto à Secretaria de Meio Ambiente, a compensação financeira pela manutenção dos seus parques, praças e especialmente a água. A qualidade de vida deve ser a preocupação fundamental de todo homem público com a sua gente. O projeto é inovador e traz justiça a municípios como Guaraqueçaba

que receberia ano que vem a importância de 65 milhões de cruzeiros, aproximadamente, irá receber a importância de 700 milhões de cruzeiros.

Veremos a história de Guaraqueçaba, de Antonina serem mudadas completamente.

Veremos que aqui no Paraná há prioridade da vida, a qualidade da natureza. Sairemos do discurso e entraremos, como já disse, na prática. O Paraná não recebe "royalties" mas dá àquele município que tem obrigação de preservação.

Gostaria, antes de ceder aparte ao Deputado Lourenço Fregonese, de desejar o desejo retribuir e dividir esta vitória com os Srs. Deputados e agradecer do fundo do coração o Governador Roberto Requião que teve a sensibilidade para com o povo do Paraná ao sancionar esta lei e demonstra, assim, a Assembléia a sua preocupação com a natureza.

Tem o aparte o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Deputado Neivo Beraldin, gostaríamos de parabenizá-lo por mais esta vitória para o Paraná e que o Senhor leve nossas palavras ao Governador Roberto Requião, agradecendo em nome dos mais de 500 mil habitantes do Litoral, onde os 6 municípios serão beneficiados com esta lei ora sancionada. Nós, em nome do povo do litoral, agradecemos ao Senhor e também ao Governador do Estado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Deputado Lourenço, muito obrigado!

Agora falando também em nome do litoral, Morretes que receberia aproximadamente 102 milhões de cruzeiros de ICMS ano que vem receberá aproximadamente 360 milhões. Poderá, evidentemente o município de Morretes suprir suas prioridades.

Deputado Cleiton Kielse tem o aparte.

O SR. CLEITON KIELSE - Deputado Neivo Beraldin, queria parabenizá-lo pelo projeto ora sancionado que demonstra sensibilidade que o Sr. teve ao elaborar. No futuro veremos a transformação desses Municípios que talvez para muitos têm a visão de futuras madeireiras, de futuras instalações de terras desapropriadas para expansão talvez urbana, mas são Municípios básicos para preservação de mananciais.

Queria parabenizá-lo e que leve a todos os Municípios esses votos de contemplação dos Deputados e do Governador.

O SR. NEIVO BERALDIN - Obrigado Deputado Cleiton, também gostaria de dar um dado aqui no Município de Adrianópolis, que também sofre e reclama muito por isso, por não poder industrializar o seu parque e não poder ter uma receita fiscal que cor-

responda a necessidade do seu desenvolvimento, recebe de 152 milhões pelos estudos aproximados, 332 milhões de cruzeiros.

Portanto, Srs. Deputados, venho à tribuna na tarde de hoje, na certeza, de que a Assembléia Legislativa aprovou uma lei e o Governo do Estado do Paraná sancionou essa lei pioneira no Brasil e que com certeza, se tornará exemplo para que deixamos no discurso de lado e colocamos as prioridades do povo do Paraná e do Brasil em prática, muito obrigado a Liderança do PMDB e muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PTB.

(Declina)

PSB.

(Declina)

PT.

(Declina)

PL.

(Declina)

PFL.

(Declina)

PDT.

(Declina)

PRN.

(Declina)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei autorizativo, de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/91, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 50, de 09.05.91.).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRE-

CA, que altera o Art. 2º da Lei nº 6470, de 22.10.73, acrescenta parágrafos e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - (Publ. no D.A. nº 59, de 27.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 198/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Rafael Greca, objetiva alterar o art. 2º da Lei nº 6470, de 22 de outubro de 1973, acrescentando parágrafos e adotando outras providências, na forma que especifica.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do plano de lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 198/91

P A R E C E R:

O plano de lei em análise, é de grande relevância econômica e até de ordem social, pois beneficia aqueles municípios que efetivamente dispõem recursos próprios para manutenção, sinalização e segurança do trânsito urbano.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada há que obste a tramitação do plano de lei em testilha.

Assim, somos pela tramitação em Plenário, do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 198/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei em análise, é de grande relevância econômica e até de ordem social, pois beneficiará vários municípios que efetivamente dispõem recursos próprios para manutenção, sinalização e segurança do trânsito urbano.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras

Curitiba, quinta, em 03.10.91

Públicas, Transportes e Comunicações, nada há que contrarie a tramitação do plano de lei em testilha.

Assim, somos pela tramitação em Plenário, do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

- Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

Há dias atrás, eu requeri a retirada de pauta deste projeto por cinco sessões, para poder dar tempo ao DETRAN, para propiciar ao DETRAN, condições de tempo para enviar a este Deputado informações que pudessem melhor fundamentar as razões que me trazem à tribuna nesta hora, de um posicionamento contrário ao projeto do eminente Deputado Rafael Greca.

Eu começaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, chamando a atenção de Vossas Excelências para alguns dados que o DETRAN, através de um trabalho minucioso, remeteu a este Deputado, como forma de demonstrar, mais uma vez, a inoportunidade deste projeto para o conjunto da sociedade paranaense.

Eu usei, naquela oportunidade, um argumento que no momento poderia até não ter sido muito simpático, mas que nesta oportunidade terei que usar novamente, que é a questão da regionalização.

O projeto do eminente Deputado Rafael Greca, conforme demonstram os dados oficiais do Detran, somente viriam a beneficiar a Capital do Estado. E os números me parecem mais assustadores do que me pareciam naquela oportunidade. Se não, vejamos.

Eu vou iniciar informando a Vossa Excelência os números relativos à quantidade de multas que se praticou no Paraná no ano de 1990 e uma projeção destas mesmas multas para o corrente exercício de 1991. Para que se possa estabelecer um parâmetro e colocando aqui aonde entra a Capital e aonde entra o Interior.

Segundo dados oficiais do Detran, em 1990 foram praticadas no Paraná 342 mil e 236 multas, sendo 204 mil e 518, um percentual de 60%, na Capital do Estado. E 137 mil e 718, no Interior do Estado, em todo o interior do Estado. Desde Foz do Iguaçu, Deputado Dobrandino, a Castro, a Irati, a Nova Esperança, Ponta Grossa. O Interior do Estado ficou apenas com 137 mil 718 multas, Deputado Alceu Swarowski, num total de 40%.

Vamos para o volume de receita, para melhor elucidar. No ano de 1990, o Estado

inteiro arrecadou 209 milhões de cruzeiros, 143 mil e 885 cruzeiros. Foi o total da receita, proveniente de multas, com base nos números que aqui citei. Em todo o Estado do Paraná se arrecadou pouco mais de 209 milhões.

Numa projeção de receita para este ano, estima-se arrecadar 1 bilhão, 950 milhões. Deste total que se arrecadou em 1990 e desta projeção, cabe para Curitiba exatamente 60% e para o resto do Estado do Paraná, 40%.

Diz, aqui, o documento do Detran: conforme o demonstrado nos levantamentos retro-relacionados, verifica-se que o repasse de 50% das multas aos municípios viriam a beneficiar, praticamente e somente a Capital do Estado, a qual detém 50% das multas arrecadadas, ocorrendo, portanto, uma centralização de recursos, em detrimento do Interior, que hoje é beneficiado com a descentralização de serviços, apesar de todas as dificuldades, através de construção de Ciretrans, postos de trânsito, quartéis, alocação de veículos e equipamentos em geral, propiciando desenvolvimento regional no Estado do Paraná.

Com a destinação de percentual dos valores arrecadados a cada município, conforme relacionados, que vou aqui também citar alguns exemplos, estes deixariam de receber muitos dos benefícios que hoje recebem, através de investimento na área de segurança pública pelo Detran e pela Polícia Militar do Estado. Mas se a arrecadação consistir em valores ínfimos.

Deste total que foi arrecadado em 90, deate total de 209 milhões que se arrecadou no ano passado, a distribuição destes recursos é feita da seguinte maneira: o Detran fica com 40% deste volume de recursos, Deputado Colombino Grassano, a Polícia Militar com 60%. Isto está estabelecido na lei que criou o Funrestran e deste 40% que o Detran fica, ele investe em despesas com o impresso de guias específicas, com o processamento de dados, com o pessoal, ele investe 67 milhões de cruzeiros. Sendo que os 40% que ficam destinados a ele, atinge a soma de 83 milhões. Destes 83 milhões, o Detran gasta 67, Deputado Colombino, para poder movimentar a máquina, que é realmente muito grande no que diz respeito à arrecadação e aplicação destes recursos.

A Polícia Militar, com os 60% que ficam, ela recebeu 125 milhões, em números redondos, em 90. E a Polícia Militar, a rigor, não tem nenhuma despesa, a não ser a de pessoal, que faz a multa; fora desta despesa, não tem mais nenhuma. E o Detran tem inúmeras despesas para poder arrecadar este volume de recursos.

Vou citar alguns exemplos de algumas cidades, para que os nobres colegas tenham

uma ideia real da situação. Em 1990, Deputado Greca, Curitiba aplicou 181 mil infrações de trânsito. Arrecadou 141 milhões, em números redondos. E vejam quanto Londrina aplicou e quanto arrecadou em 90: 23 mil, 263 infrações contra 181 mil em Curitiba. Curitiba arrecadou em 90, 141 milhões, em números redondos. Londrina, doze milhões, Deputado Annibelli, que é a segunda cidade do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA - Vossa Excelência me permite um aparte? Será que o povo de Londrina é mais bem educado com relação ao trânsito, ou será que temos mais veículos na Capital do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não cabe aparte no encaminhamento da discussão.
O Deputado Rafael pode utilizar o espaço na continuação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Vou citar outro exemplo. O município de Mamborê. Evidentemente que temos aqui Deputado que representa Mamborê, Renato Adur. Mamborê teve aplicado no ano de 90, Deputado Annibelli, 97 multas e arrecadou, gerou receita para o Funrestran de 117 mil cruzeiros. Durante o ano de 90.

Quero demonstrar, com estes dados, que é absolutamente inconveniente que esta Casa aprove este projeto do Deputado Greca, que sabemos da sua alta intenção, ele é um Deputado de Curitiba, é mais do que legítimo que ele represente os interesses do povo que o elegeu, mas temos que ter uma visão coletiva, esta visão global do Estado não tem por onde esta Casa retirar 50% da receita do Funrestran eminentes Deputados, que foi uma Lei aprovada por esta Casa e que tem destinação específica para distribuir aos municípios porque na realidade conforme demonstra esse documento que está em meu Poder que lamento não tenha tido tempo de chegar inclusive às mãos de Vossa Excelência mas farei depois da sessão, mesmo que tardiamente, nós estaremos desmontando um programa, um fundo que se não funciona 100% já é porque não tem recursos suficientes, e agora nós vamos tirar 50% em cima de uma realidade que nós sabemos que beneficia mais, e é natural porque Curitiba é maior, a Capital do Estado, portanto, de uma maneira muito rápida deixo aqui à consideração dos meus nobres colegas esses dados, essas informações. Lamento profundamente ter que usar a tribuna para contrariar um projeto de um colega, mas às vezes temos que fazer esse papel também porque acho que a todos nós cabe olharmos o Estado como um todo e neste aspecto datíssima vênha o projeto de Vossa Excelência contempla em 60% Curitiba e prejudica substancialmente todo o con-

junto do Estado que são seus municípios.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registramos com prazer a presença do Prefeito de Itambé Sr. Mário Forastiere, seja bem-vindo à Casa.

Tem a palavra para encaminhamento o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Vou requerer a retirada do meu projeto de votação para até a sessão de terça-feira, há duas emendas na Comissão de Constituição e Justiça, uma do nobre Deputado Algaci Túlio e outra da Deputada Emília Belinati, e eu quero ter o prazer de ler linha por linha, item por item, alínea por alínea, número por número do relatório secreto do Detran que o Deputado Tavares traz a essa Assembleia agora. De maneira nenhuma nós temos interesse de concentrar recursos em Curitiba, embora lamentemos a concentração de veículos de tráfego, de trânsito e de vítimas e de acidentados na capital. Acho que o projeto pode ser melhorado, pode ser jogado para o orçamento do ano que vem, mas acho sobremaneira que nós temos o dever de dar às cidades do Paraná a condição de salvar as vidas do nosso povo. Na verdade eu tenho um jornal de Cascavel que conta do emprego de 139 milhões de cruzeiros para a construção da sede do Detran naquela cidade, quer dizer, nem sempre o dinheiro do Furrestran está sendo usado para reequipar o trânsito das cidades. Então eu requeiro da nobre Assembleia a retirada do meu projeto por duas sessões, porque se o relatório do Deputado Tavares me convencer eu retiro o projeto de votação, não estou no mundo para fazer "fosquinha" para esse ou para aquele Deputado, ou para ser o que os italianos chamam de "capo tosta" cabeça dura, estou no mundo para servir o povo de Curitiba e do Paraná. Imagino o seguinte, que os dados do Deputado Tavares numa primeira visão já não convencem, porque se Londrina hoje não recebe nada e puder multar as infrações de trânsito no seu recinto urbano ela vai passar a receber alguma coisa, o que é empregado em sinalização de trânsito e em melhoria do tráfego urbano salvará vidas e tornará a cidade de Londrina, o poder público de Londrina mais útil a seu povo. De maneira que esse velho jogo de jogar a capital contra as cidades do interior não nos comove e nem nos convence, porque nós também entendemos o Paraná como um todo, assim sendo eu apelo ao Líder do Governo que oriente a sua Bancada para permitir a retirada do meu projeto por duas sessões daí na sessão de terça-feira se eu me convencer com os dados do Detran eu retiro de vez o projeto de votação, caso contrário eu vou tentar

Curitiba, quinta, em 03.10.91

convencer os nobres Deputados no interesse público e no bem comum.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica que de acordo com o artigo 159, antes de ser iniciada a discussão de um projeto será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões, por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

O projeto em tela já foi retirado por uma ocasião, desta forma não há como retirá-lo agora de discussão. O projeto terá que ir à votação de Plenário.

O SR. DUILIO GENARI - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria apenas de registrar a presença do ex-Deputado Estadual Edgar Pimentel que está visitando a Assembleia neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente registrado e nós saudamos a presença do ilustre Companheiro.

Em votação o Projeto de Lei nº 198/91. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós requeremos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis queiram se levantar. Dezesesseis (16) Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que forem contrários queiram levantar-se...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação novamente.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que revoga a Lei nº 9283, de 05 de junho de 1990, e cria o Município de FAROL, desmembrado de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A: nº 98, de 14.08.91).

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Toti Colaço, visa revogar a Lei nº 9283, de 05 de junho de 1990, (que criou "ad referendum" o Município de Farol) e cria o Município de Farol, com território desmembrado de Campo Mourão, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica.

A propositura da medida fez-se devido ao Acórdão nº 16.372, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, o qual declarou inconstitucional a Lei nº 9283/90, pelas razões expostas no relatório do processo nº 10.527. Contudo, quanto ao mérito, o referido acórdão posicionou-se favoravelmente à realização do plebiscito, visando a criação do município. E tendo em vista o resultado plebiscitário ter sido favorável à criação do mesmo, apresentou o autor o presente projeto de lei.

Assim sendo, esta Comissão, analisada a matéria em seu aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontra que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 344/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 55/91, de autoria do Deputado HEINZ GEORG HERWIG, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambeí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para justificar.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, nós requeremos verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vão requerer? Agora é meio tarde.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência não passou nem à discussão da outra matéria. Nós estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A outra matéria não existe, só na próxima sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas nós requeremos verificação de votação.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Sra., Srs. Deputados.

A respeito do Projeto de Resolução nº 55/91, do nobre Deputado Heinz Herwig, que marca o plebiscito na área de Carambeí, eu tenho a dizer a Vossas Excelências o seguinte:

Tem aqui um requerimento da Câmara de Vereadores de Castro, aprovado por unanimidade daqueles vereadores, que são nove, inclusive com o voto da vereadora do Carambeí, Eloina Menarin.

Além do mais, recebi hoje a visita de várias lideranças de Castro, até mesmo de Carambeí, inclusive do Sr. Presidente, hoje em meu gabinete, pedindo para que esta Casa intercedesse junto a Sua Excelência, para que impedisse que consumasse esta lei que marca esse plebiscito.

Gostaria de voltar um pouquinho no tempo.

No nosso Município, Castro, o qual com muita honra represento aqui nesta Casa, há anos atrás, quando resolveu-se criar um parque industrial, num acordo realizado entre a Prefeitura de Castro, a Castrolândia, que é uma cooperativa que está próxima à cidade de Castro e Carambeí, que fica retirada um pouquinho mais longe da área urbana.

Pelo fato de Carambeí ser uma região de arenito imprópria para a agricultura, e o Vale do Iapó, onde está hoje a sede do Município, onde está hoje a cooperativa Castrolândia, são terras de origem vulcânica, própria para a agricultura e pecuária. Então, para preservar essa área de agricultura que está na sede do município e aproveitar aquela área de arenito impróprio para a agricultura, resolveu-se assim em comum acordo, instalar-se o Distrito Industrial de Castro, na área de Carambeí.

E é bom que Suas Excelências saibam, 70% da matéria-prima que chega em Carambeí vem da Castrolândia, situada próximo à cidade de Castro. E devo acrescentar mais ainda, há alguns anos atrás a SADIA, a FRIGOR, a DANONE, atraídas pela excelente produção de leite de Castrolândia, procurou a Prefeitura de Castro para ali instalar um parque industrial e no entanto a própria diretoria da Batavo, procurou o Prefeito naquela época para que isso ali se realizasse e Castro, Castrolândia compreenderam, porque Carambeí é filho de Castro, foi criado por Castro. Se Carambeí estava desenvolvendo, estava crescendo, era de interesse de Castro.

No entanto, hoje estão lá algumas pessoas em Carambeí interessadas na sua emancipação. A rigor eu não sou contra a cria-

ção do município e também não sou contra que Carambei se transforme em município, mas dado os fatos, que isso vai trazer um prejuízo, um problema social gravíssimo para a sede do município, então é necessário que haja uma negociação entre Carambei e a sede do município.

É a mesma história daquele filho que o pai cuida dele com carinho, dá para ele o estudo, investe tudo no filho, talvez até faltando para ele, fazendo economia para ele. Quando aquele filho cresce, pega tudo o que o pai tem, vai embora e deixa o velho morrendo de fome.

Por isso, Suas Excelências, nobres Deputados, não podem emancipar essa região. Por que não? Mas vamos negociar, vamos acertar isto lá, que ambas as comunidades não sofram nenhum prejuízo com isto. Aí, quando sua própria excelência puder vir aqui nesta Casa apresentar o projeto, eu faço questão de apoiar, mas hoje, nas condições que aqui estamos, é impossível que se realize.

Por isso, eu peço a Vossas Excelências que votem contra este projeto, no momento, porque ele é inviável para ambas as comunidades.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. HEINZ GEORG HERWIG (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Domingos Carvalho falou há pouco, muito bem, que era inclusive favorável à emancipação do Distrito de Carambei. Nós também somos favoráveis, tanto assim que apresentamos um projeto de lei que quer justamente isto. Quer tornar Carambei um município nos moldes de dezenas de municípios também criados à imagem da sua sede e que com o tempo foram crescendo, melhoraram de vida, na maioria das vezes com o apoio da sua sede que é normal, que é justo e que, após o nascimento, após a infância, atingiram a sua maturidade, e querem o quê? Querem simplesmente isto: se tornar um município autônomo.

Não somos nós, Srs. Deputados, que queremos isto. Vamos deixar como tudo até hoje foi feito aqui, a população da sua cidade, a população que quer ou não quer se emancipar. São eles que têm que decidir isto. Vamos dar a eles pelo menos o poder de poder fazer isto. O que eles querem é isto. Se são só meia dúzia, como o companheiro Faustino falou, claro que o município, que o distrito não vai se emancipar, porque não é com meia dúzia que se vai emancipar.

A emancipação tem que ser feita com a maioria da população. É isto que a população quer. Eles querem ter a oportunidade

de ir às urnas, soberanamente, escolher o seu futuro.

E eu tenho certeza que Castro, companheiro Domingos, é muito mais importante que isto. Castro não é só Carambei. Castro tem um potencial muito grande. Castro tem Castrolanda do lado, tem uma série de indústrias, é um município grande, é um dos maiores municípios do Estado do Paraná.

E eu tenho certeza que aquele pequeno Carambei não vai fazer falta para Castro, se a população de Carambei naturalmente quiser. Nós nos colocamos sempre à disposição para negociar. Este projeto entrou há dois dias passados aqui na Assembleia, e o Domingos me solicitou que fosse retirado por duas sessões e nós retiramos. Nós temos discutido, a população de Carambei tem conversado com a população de Castro. E nada mais justo que nós deixarmos que a população de Carambei, as pessoas que lá moram, as pessoas que lá labutam, ao seu critério, ao seu discernimento se elas querem ou não querem se emancipar. Para isso que nós temos democracia, para isso que nós Deputados, estamos aqui. Se nós vamos nos unir em cada setor e aprovar de um e de outro não aprovar, então não precisamos ficar aqui discutindo. Nós precisamos deixar que a população decida, e a democracia que se prega, o nosso Governador prega isso. Nós estamos o dia inteiro em jornal e em televisão dizendo que somos democratas. Que democracia é essa? Só quando interessa a nós, a uma pessoa.

Quando o Deputado Pessuti trouxe aqui a emancipação de Tamarana, que é da minha cidade, cidade da Emília, do Alborghetti, do Tavares, nós não fizemos nada. Nós somos quatro Deputados de Londrina aqui presentes, e eu não me lembro do Pessuti ser Deputado de Londrina, mas ele recebeu da população de Tamarana esse poder de apresentar aqui este projeto e nós não fizemos nada contra, ninguém votou contra. Nós achamos que a população de Tamarana é que tem que resolver se quer ou não ser emancipado. Acho que é isso que é democracia. É isso que nós sempre pregamos no nosso dia-a-dia. Ou essa Assembleia não é democrática? Ou a democracia só vale para uma certa hora e outra não vale? Meio-democrata não existe. Ou somos democratas ou não.

Inclusive hoje nós aprovamos aqui a emancipação do Farol, que é um pequeno distrito de Campo Mourão. Aprovamos a realização do plebiscito, e a população de Farol é que vai decidir isso, claro, e como todos os outros distritos.

Eu acho que é isso que nós queremos; isso que nós pregamos na nossa campanha; isso que todos nós queremos; isso que todos nós pregamos na nossa campanha; isso que todos nós, democratas que somos, que-

remos. Deixa a população de seu município resolver.

Então, é isso que eu solicito. O Presidente já declarou como vencido, mas eu acho que não é esse o caminho, eu acho que queria declarar o meu voto e porque eu fiz, porque eu estou apresentando Carambeí. É claro: o Deputado Domingos que é de Castro, os seus vereadores, a população de Castro têm restrições; é claro, é natural que tenha, como lá em Londrina tem gente que têm restrições. Nós recebemos diariamente pessoas de Londrina que acham que nós deveremos lutar contra o plebiscito de Tamarana, mas eu acho que não é esse o caminho. A Emília sabe disso. Todos os dias nós recebemos aqui. Nós vamos deixar que a população de Tamarana resolva. E se o Deputado Pessuti receber as honras desse ato, parabéns a ele. Então, é isso que nós queremos. Eu acho que não é nada de mais deixarmos que a população resolva o que quer ser.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo que não tivesse sido citado pelo Deputado Heinz, eu tenho certeza que tínhamos por obrigação fazer o encaminhamento desta matéria, tendo em vista que ao longo desses últimos oito anos e meio que estamos na Assembleia Legislativa, neste período nós temos sido daqueles Deputados que, do Deputado Artagão Mattos Leão e de alguns outros Parlamentares, fomos autores de diversos projetos de emancipação política de alguns distritos do Paraná. Temos na nossa ficha oito projetos de lei apresentados, propiciando a criação de municípios.

Mas eu acredito que o enfoque que está sendo colocado nos dá a condição de encaminhar a votação e de justificar o nosso voto neste momento, contrário à realização do plebiscito em Carambeí porque todas as circunstâncias que nos levaram a apresentar projetos são diferentes daquela que está hoje ocorrendo no Município de Castro, na cidade de Carambeí.

No dia em que recebemos no nosso gabinete a comissão de Tamarana, a primeira providência que tomamos foi ligar para o Prefeito Antônio Belinati e falamos com ele por telefone e ele disse que nada tinha contrário e que se encaminhasse o projeto de emancipação de Tamarana. Foi a primeira providência que nós tomamos. Primeiro, porque não éramos Deputado em Londrina, à época, apenas o Deputado Alborghetti estava aqui nesta Casa de Leis, representando o Município de Londrina, já que isso aconteceu em 1990, mais precisamente no mês de fevereiro, e o Homero Oguido, me lembra bem o Deputado José Ta-

vares.

Mas a primeira providência que tomamos foi aquela. A segunda, foi de fazermos uma reunião lá na comunidade com a presença, inclusive, do prefeito Antônio Belinati, o Deputado Durval, à época, da Secretaria da Fazenda, lá estavam também, outras lideranças, e naquele momento, ninguém se posicionou contrário a que nós encaminhássemos esse projeto.

No caso de Lidianópolis, em Jardim Alegre, nós estamos tratando deste assunto desde 1985 e a emancipação ocorreu a partir do momento em que prefeito, vereadores e a comunidade de Lidianópolis se entenderam a respeito.

A mesma coisa foi feita em Itacolomi, a mesma coisa aconteceu em Rio Branco do Ivaí, à época o Deputado Edson não estava aqui, mas o prefeito João Aparecido Nascimento nos pediu que assim procedêssemos e hoje, junto com o Deputado Edson, estamos cuidando do assunto. No caso de Mauá, projeto de autoria do Deputado Scarpellini, a comunidade nos pediu que nós prosseguíssemos com ele, o prefeito, os vereadores.

Então, em nenhum momento os projetos representavam, vamos dizer assim, uma polêmica com o "município-mãe" e em nenhum momento isso aconteceu, a não ser apenas, no caso do Município de Pirapó, desmembrado de Apucarana, que o prefeito Scarpellini não concordava com a criação, naquele momento, tendo em vista as divisas que estavam sendo propostas, mas posteriormente, manifestou perante a Comissão o seu posicionamento favorável para que isso acontecesse.

Nós também entendemos, Deputado Heinz, que a polêmica que acontece no caso de Carambeí e que é aqui manifestada pelo Deputado Domingos Carvalho, que é o vice-prefeito daquele município e que fez praticamente toda a sua votação na base territorial do município de Castro e distrito de Carambeí, ela difere totalmente daqueles casos em que nós patrocinamos a criação dos municípios. Imbau em nada vai afetar a vida de Telêmaco Borba, a sua saída. Tamarana, deixando de pertencer a Londrina, não vai inviabilizar Londrina, da mesma forma que Lidianópolis deixar de pertencer a Jardim Alegre, Itacolomi de pertencer a Cambira, Pirapó de pertencer a Apucarana, Rio Branco do Ivaí de pertencer a Grandes Rios.

Então a situação é diferente, porque no caso específico de Carambeí a sua saída hoje de Castro vai mutilar sim a arrecadação de Castro, de uma forma bastante vantajada a ponto de dificultar a vida do Município de Castro.

Pelo menos é esse o entendimento que nos está colocando o Deputado Domingos

Carvalho, e o que não estamos hoje proporcionando ao Deputado Domingos Carvalho é o mesmo tratamento que esta Casa deu ao Deputado Lourenço Fregonese que quando aqui chegou, esta Casa já tinha aprovado plebiscito, estava tramitando no Tribunal projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, se não me falha a memória, e por uma iniciativa do Deputado Fregonese, que também praticamente fez toda sua votação no Município de Paranaguá, incluindo os balneários e dentre eles Pontal do Sul, Pontal do Paraná, futuramente, que entrou com um projeto de resolução cancelando aqueles atos praticados, porque entendia ele que aquilo prejudicava o município de Paranaguá e que aquilo não era realmente o caminho que ele, como representante daquele município, estava discutindo com sua comunidade.

Em respeito à liderança do Deputado Fregonese lá em Paranaguá, esta Casa, me parece que quase por unanimidade, deu a ele aprovação à sua reivindicação e é isso que está pedindo hoje o Deputado Domingos Carvalho.

Que dêem a ele uma oportunidade, que dêem a ele um momento a mais para se entender com as lideranças de Carambeí, de Castro, no sentido de se criar, sim, o município de Carambeí; mas de uma forma acordada com a sede.

Sempre digo: o filho não pode sair de casa brigado com o pai. Não é justo que o filho saia de casa e deixe o seu pai em dificuldades, após tê-lo cuidado por toda sua vida.

Então, por esta razão, Sr. Presidente, que mesmo tendo consciência de que existe viabilidade e talvez, a maior viabilidade até de todos os que foram apresentados para se transformarem em municípios para Carambeí; mas entendemos que a saída de Carambeí de Castro, se não for feita com negociação, com ajustamento, prejudicará sensivelmente o município de Castro, e não poderemos agir de forma diferente, porque este sempre foi o nosso comportamento, o nosso comportamento com o Deputado Fregonese, e não poderíamos agir de forma diferente agora com o Deputado Domingos Carvalho, que é o representante maior da cidade e do município de Castro, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu ouvi com muita atenção a fala dos oradores nesta tarde. Fui relator na Comissão de Constituição e Justiça, deste projeto do Deputado Heinz.

E devo dizer que dei parecer favorável, para que este projeto viesse a Plenário, até porque entendo, como disse no meu relatório, no meu parecer, que preenchia

todos os requisitos para tal.

No entanto, concordo que a matéria é de extrema importância e bastante polêmica. Não podemos, de maneira alguma, jogarmos aqui com dois pesos e duas medidas. Temos é que nos basear no que diz a lei.

E, infelizmente, o Decreto-Lei n° 56, traz para todos os problemas desta natureza agora. Concordo com os Deputados Pessuti, Domingos e também com o Deputado Heinz, quanto aos seus pontos de vista. Acho que é muito importante, e é chegado o momento de esta Casa e dos Srs. Deputados nos debruçarmos sobre esta lei que autoriza muitas vezes a criação de municípios, o desmembramento de municípios, criando problemas para os "municípios-mães", para o Estado, criando cartéis de origem política, cartéis de origem política, cartéis de origem empresarial dentro de novos municípios que possam ser criados.

Estou com mais alguns Deputados ultimando projeto de lei que visa regulamentar daqui para frente a criação de novos municípios, até porque já sabemos que todos esses casos encontram-se "sub judice" no Tribunal de Justiça, aguardando pareceres e conclusões dos Senhores Desembargadores.

Acho de suma importância, como disse anteriormente, que nos debruçemos sobre este tema porque ele é muito importante. O voto distrital está aí e estamos juntamente com os diversos vereadores e lideranças de cidades, criando problemas para nós mesmos, onerando o Estado, criando situações complicadas para os municípios. E também nós mesmos poderemos ser chamados à co-responsabilidade futuramente.

No entanto, acho que não podemos, infelizmente, usar de dois pesos e duas medidas neste caso aqui.

Deixo a questão para ser analisada, pensada e refletida pelos Srs. Deputados, até porque, como disse, pretendo nos próximos dias ingressar com projeto que visa não só orientar como regulamentar de modo definitivo a criação de municípios neste Estado.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tampanos).

O Deputado Orlando Pessuti requereu verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes, porém, da verificação de votação, uma manifestação da Presidência.

O Município de Carambeí já foi criado em 16 de agosto de 1990, pela Lei n° 93/50. Promulgada por esta Presidência.

Apenas falta a autorização plebiscitária para realização desse desiderato. Senhores Deputados que aprovam o projeto de resolução queiram levantar-se.

17 Senhores Deputados aprovam.

18 Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2600, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2596, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2595, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2594, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2597, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2601, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2602, 2603, 2604, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2606, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2605, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2591, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação).

15 (quinze) Senhores Deputados aprovam.

19 (dezenove) Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198/91 e 344/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 335/91, 356/91, 367/91, 396/91, 403/91, 404/91 e 409/91.

Levanta-se a sessão.